

Três "cenas" de Ciência e Política da relação entre Martius e o Brasil

Me.IGOR ANTONIO MARQUES DE PAIVA*

0. Introdução

O estudo de um espaço e publicação de livros sobre ele se assentam sobre uma trama de interesses diversos. Um determinado estado da economia, da política e da ciência institucionalizada constuiu os fios essenciais da urdidura que sustentou os estudos de Spix e Martius sobre a flora do Brasil.

É ela – à nossa maneira de entender as coisas – quem tornou possível o reconhecimento público e o apoio imperial recebido por Martius. A coexistência de interesses e alvos atribuídos à produção científica inicia-se já ao partir da Europa e vão ao período de transito no interior do Brasil e chega até a confecção dos livros e sua publicação. Este meticuloso taxionomista foi também um leitor sensível dos anseios de seus protetores e soube oferecer ao Império à ciência que ele (ou parte dele) desejava. Martius insita o leitor a aventurar-se neste dédalo de curiosidades científicas e vetores sociais em sua escrita. Agora interessa-nos a dimensão social e o tema da antropologia médica da pequena obra “*Das Naturell, die Krankheiten, das Artzthum und die Heilmittel der urbewohner Brasiliens*” (1844).

1. Viajantes de 1817

Em viagem às costas do Golfo Adriático, aproximando-se do porto, em Trieste, dois bávaros registraram em seus diários: “dali avistamos, destacando-se entre outros muitos mastros, ambas as fragatas austríacas ancoradas, já prontas para a viagem” (SPIX & MATIUS, 1981:1). Tratavam-se das fragatas *Áustria* e *Augusta*. Ambas as embarcações tem suas histórias entrelaçadas com os grandes projetos científicos e as pretenções de defesa dos interesses de monarquias européias sobre o globo.

A fragata *Áustria* era a “futura morada” dos narradores viajantes e destinada a transportar “componentes da expedição científica e alguns enviados para tratar das transações comerciais a serem iniciadas no Brasil”. A *Áustria*, assim como a *Augusta*, “fora construída e aparelhada no arsenal de Veneza, por ordem da corte imperial

* Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), doutorando, CAPES.

austríaca”. Repetiam em parte, portanto, o modelo de expedições científicas do tempo da Ilustração. Nesta altura Bougainville, James Cook, Malaspina, La Pérouse já haviam emprestado seus nomes às empresas científicas financiadas pelas Coroas. As embarcações, respectivamente, deixavam também seus nomes na História. Outro naturalista deixou um sinal da popularidade das embarcações destas expedições. Pois ao ver, no porto de Toulon, a fragata La Boudeuse – da circunavegação de Bougainville –, publicou: “ne saurois dépeindre l’impression que me fit la vue du bâtiment qui avoit conduit Commerson dans les îles de la mer du Sud” - escreveu um emocionado Alexander von Humboldt (HUMBOLDT, 1814:45).

A Áustria e a Augusta estavam prontas para aumentar a lista de fragatas gravadas nos anais de história. Nelas se preparavam os oficiais e a tripulação, alguns da Alemanha, mas a maioria veneziana entre os trabalhadores a bordo. Um tal Nicola de Pasqualigo, veneziano, distinto pela coragem, decisão e saberes náuticos encarregou-se de apresentar aos mencionados viajantes bávaros a fragata com a qual navegariam até o Brasil (SPIX & MARTIUS 1981:28). Eram Spix e Martius.

Os membros da expedição deveriam cumprir a missão de estreitar os laços entre o reino da Áustria e o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A arquiduquesa da Áustria (Leopoldina) já havia assinado os papéis do casamento com o príncipe português, e era a figura, certamente, que mais recebia cuidados entre os viajantes que fariam o traslado com uma terceira embarcação aguardada pela comitiva imperial. Casamento, comércio e ciência se misturavam nos planos das tripulações que se preparavam para a travessia marítima em 1817.

A bordo da Áustria, o Barão de Neveu, conselheiro da embaixada no Brasil, cuidava do traslado e do programa diplomático cujos interesses ligaram o Império da Áustria à América Latina. Juntos iam os homens de ciência: Prof. Mikan; Spix (zoólogo) e Martius (botânico) e Thomas Ender (pintor de paisagem). À fragata Augusta coubera: Naterrer (jardineiro), Buchberger (pintor de plantas); além de diplomatas e comerciantes. Uma esquadra portuguesa deveria se juntar às embarcações austríacas para o traslado atlântico. Com ela, posteriormente, além da Arquiduquesa da Áustria e Comitiva, iriam Pohl (mineralogista) e Frick (pintor de animais). Estes homens de ciência foram membros da Expedição Científica Austríaca, cujo patrono fora

o imperador Francisco I, à excessão de Spix e Martius, que iriam por força de acordo do Imperador austríaco com Maximiliano I, rei da Baviera.

Ordens da corte fizeram com que Áustria e Augusta navegassem juntas até o Gibraltar e, só atravessariam para o Atlântico após a esquadra portuguesa reunir-se a elas. Os enviados lusitanos se atrasaram, contudo.

A tripulação austríaca fora informada que “havia chegado a Gibraltar a notícia de movimentos revolucionários em Pernambuco”. A alta de impostos, seca e crise do setor açucareiro alimentaram a sedição contra a monarquia portuguesa. As embarcações portuguesas eram necessárias para a defesa de Recife contra a sedição e o atraso poderia ser maior (SPIX&MARTIUS 1981: 35). Sem mais esperar, sob ordens vindas de Viena, a fragata Áustria seguiu o curso sozinha, “de improviso, começando a soprar o vento leste”.

O “troar dos canhões” e a “a irrupção da música de guerra” anunciaram o final da viagem marítima da Áustria sem grandes incidentes. Spix e Martius estavam na América portuguesa. O toque da âncora “no fundo de outro continente” aumentava a ansiedade dos viajantes curiosos, pelo continente só conhecido pelos livros de viagens e coleções de História Natural guardadas nos Museus europeus. “Indescritível sensação apoderou-se de todos” - informou um dos tripulantes na chegada ao porto.

Faltava, porém, a chegada da Augusta e da esquadra portuguesa. Quando da Ausgusta atracar no porto do Rio, a história dos naturalistas bávaros Spix e Martius já estava separada da trama histórica da fragata Áustria para se ligar a outras teias de relações. Na Corte, no Rio de Janeiro, em 15 de julho, Spix e Martius “agiram por conta própria, desligando-se, de fato, dos colegas austríacos” – expõem os historiadores Pablo Diener e Maria de Fátima Costa (DIENER & GOMES, 2010 :15). Um capítulo se encerra com a “feliz conclusão da viagem marítima”. (SPIX&MARTIUS 1981:43).

À tripulação da Ausgusta e da esquadra portuguesa, porém, a experiência do traslado ainda estava aberta. Outra dimensão histórica se abre com os dramas e desejos dos viajantes de 1817 que não estavam na companhia de Spix e Martius.

Ezekiel Stanley Ramirez (1968) ao aferir os papéis da diplomacia do Império austríaco, percebeu neles a hesitação do imperador Francisco I em promover os esponsais da arquiduquesa Leopoldina com o príncipe D. Pedro de Alcântara. Mas o influente Metternich favoreceria tal união das casas Habsburgo e Bragança. Através

dela, procuraria arrancar Portugal da crescente influência da Inglaterra e fortaleceria o Brasil contra o que era visto como movimento jacobino das colônias espanholas (RAMIREZ, 1968:5). Logo se efetuara a união (13.03.1817). Aos passos de uma polonaise, no palácio Augarten, de Viena, Leopoldina celebrou o casamento feito por procuração em festa para 2.000 convidados (1.06.1817) (RAMIREZ 1968:8).

“O casamento de Leopoldina, devia incentivar uma intensa cooperação política, cultural e comercial entre a Áustria e o Brasil”. Áustria e Augusta - as fragatas austríacas - partiram para o Rio pouco tempo antes do casório. Iam a bordo os móveis e decorações para a Embaixada da Áustria recém-instalada no Rio. Claro, além de todo o equipamento para a expedição científica ao interior do Brasil e numerosa amostras de produtos comerciais austríacos para serem exibidos na corte portuguesa (RAMIREZ 1968:9).

A Arquiduquesa aguardou (mais de vinte dias) a chegada da escolta portuguesa em Livorno. Navios lusitanos fariam a sua travessia ao porto da cidade do Rio, todavia, o atraso inesperado. “Meu tio e minha irmã me consolam” [...]. “Estou sem entender” [...] – escreveu na circunstância da demora dos seus anfitriões lusitanos. “O conde de Metternich está ainda comigo e sustenta que certamente eu tenho um bom futuro em vista” (RAMIREZ 1968, p.9). Não é difícil mensurar as incertezas de Leopoldina quanto a sua felicidade tão longe da Corte de Viena; assim como, o alto valor desta união ao político austríaco. Por um lado, o atraso fora apenas o primeiro desgosto de Leopoldina na sua entrada à casa dos Bragança. O barão de Eschwege, em missiva interceptada pelo serviço de vigilância de Metternich, já previa:

“Por falar no Príncipe Herdeiro [...] posto que não seja destituído de inteligência natural, é falho de educação formal. Foi criado entre cavalos, e a Princesa cedo ou tarde perceberá que ele não é capaz de coexistir em harmonia. Além disso, a Corte do Rio é muito enfadonha e insignificante, comparada com as cortes da Europa”. (APUD.RAMIREZ 1968:10-11).

Por outro, a Natureza dos Trópicos poderia comprazer à curiosidade científica e às expectativas comerciais e políticas – fazendo do Brasil bastião do monarquismo na América – dos austríacos. Estes pontos foram lembrados por Leopoldina em ocasião, anos depois, da difícil tarefa de convencer o imperador Francisco I em conceder apoio à

emancipação política do Brasil proclamada por D. Pedro em 1822. Caso rompia com os caros princípios da *legitimidade monárquica*, do Congresso de Viena (1814-1815), “sabe Deus”, diz ela que, sob ameaças da anarquia: D. Pedro “foi forçado a tomar o título de Imperador a fim de contentar a todos e estabelecer a unidade.” Ademais:

“O destino do Brasil interessa altamente aos poderes europeus, especialmente no que tange aos interesses comerciais. As nossas Cortes não tem desejo mais ardente do que o de estabelecer tratados comerciais com as terras da Áustria. A extraordinária riqueza do Brasil em peles, madeiras e mantimentos, poderão, dessa maneira, ficar à disposição da minha querida pátria. As Cortes dispõem de membros do mais alto valor que veneram o poder real e sabem como preservá-los. [...] Deseja-se aqui que, se Deus não nos der um filho, um de meus primos se case com uma de minha filhas. Também desejamos que um príncipe da Casa d’Áustria se convença de reinar sobre as terras espanholas da América quando elas quiserem um governo monárquico constitucional. O Brasil estaria preparado para ajudar no que fosse possível. Estas terras desejam ver-se livres do jugo espanhol. Só me resta desejar que v., meu querido pai, seja nosso amigo e aliado. E seria para meu marido e para mim um dos dias mais felizes se tivéssemos disso certeza”
(APUD.RAMIREZ 1968:28)

À política, “*Felix Áustria*”, a muito dizia a ode, acerca do poder de expansão da presença monárquica da casa Habsburgo através de casamentos. Agora, após enraizar-se no Brasil, pensava-se por arvorar novos reinos e levar outros membros da realeza austríaca ao continente que desde as independências das colônias hispânicas foi dominado pelos regimes Republicanos. Quanto ao comércio, é razoável pensar que a mencionada extraordinária riqueza das “peles, madeiras e mantimentos” se baseava nos relatos de viajantes instruídos pelo interior do Brasil durante os primeiros decênios do século XIX. A exemplo dos mandados por Francisco I junto à comitiva da Arquiduquesa de Viena – autora da carta citada –, e os enviados por Maximilian I, da Baviera, isto é, Spix e Martius.

Deste modo, a fragata *Áustria* entra na história do Brasil, servindo ao início das relações científicas que teriam a duração da vida do médico e naturalista Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). Junto a Spix, experiente zoólogo, Martius viajou pelas estradas reais, do Rio, indo por São Paulo, Minas Gerais e daí pelas margens do São Francisco até a Bahia. Ao Norte, foram ao Maranhão e na Província do Rio Negro

navegaram pelos principais roteiros fluviais até a fronteira Oeste do Reino Unido do Brasil. Viajaram de 1817 a 1820. Para que homens de política discutissem acerca das aberturas comerciais e dos nichos de exploração do Reino, antes, indivíduos instruídos nos ofícios da Ciência deveriam reconhecer e tornar público pela imprensa os resultados de suas *peregrinações literárias*.

Os estudos das plantas foram aparentemente a motivação maior da permanência dos contatos entre Martius e figuras do reino do Brasil. Ligando Munique e o Brasil, a correspondência refletia o zelo taxionômico pela plenitude. A *Flora Brasiliensis*, primeiro, com edição em dois volumes (1829-1833); anos depois, fora retomada em edições (1840-1906) agora em formato maior – *in folio* –, e com os patrocínios de Fernando I, da Áustria, rei Luís I, da Baviera e o imperador D. Pedro II. Ao final do décimo quinto volume se contavam na *Flora Brasiliensis* 23.000 espécies. Incluir todo o conjunto de plantas conhecidas do Brasil manteve o naturalista em rede de trocas epistolares contínua e de tendência expansiva nas comunicações com colaboradores do lado de cá do Atlântico.

2. Dr. Carlos de Martius e a botânica

Martius era, além de taxionomista, interessado na apreensão geral da natureza. Isto aponta as narrativas das paisagens – como observou Karen Macknow Lisboa. De forma especial, conforme Diener e Costa, a imagem globalizante da Natureza está ainda nas representações visuais das pranchas fisionômicas que apareceram na *História naturalis palmarum* (1823-1850) e na monumental *Flora Brasiliensis* (1823-1906).

Humboldt e Martius se aproximam pela *impressão total* da Natureza, onde ela é orgânica, viva, por isso compreensível apenas pela relação recíproca que une as individualidades ao Todo. Não se limita, portanto a mera sistemática: “*afazer matemático com entidades irracionais*”, como está em carta de Martius a Goethe (APUD. DIENER & COSTA, 2010:161). Nas obras de Martius, arte e ciência se fundem em *cenais* paisagísticas que devem representar as manifestações da vida no globo.

As *Artes médicas* direcionaram os esforços de Martius para outro feixe de estudos ligados às plantas e ao corpo humano. Em muitos escritos do médico-naturalista bávaro constam comentários do contexto da “saúde pública” no Brasil desde o período colonial. Spix e Martius haviam registrado em São Paulo que “o médico, meio

ignorante” encontra meios alternativos para suas práticas no Brasil. “Os *remédios europeus do reino vegetal, quando aqui chegam, em geral, já perderam grande parte de sua força e o médico brasileiro substitui, portanto, sem escrúpulo, muito do que vêm de fora, pelos produtos nacionais*” (SPIX & MARTIUS 1981:163)

Na gênese de livros de viagens de Spix e Martius deve constar o feliz encontro entre o interesse científico e o interesse do Império e suas instituições. A impressão de fragilidade acadêmica das práticas médicas e a – mencionada pela historiografia – adaptação da medicina europeia às matérias encontradas nos Trópicos foram os pilares de um nicho de publicações de Martius na década de 1840.

Márcia M. Ribeiro (1997) diz em tese que nas *artes de curar* o recurso ao empirismo foi “*um mal extremamente necessário, e todas as camadas sociais o usufruíam*” (RIBEIRO 1997: 39). Pois as Boticas eram, em geral, desfalcadas de “*fármacos europeus, providas de outros deteriorados e pouco acessíveis às populações mais desfavorecidas*”. Fez menção a esta especificidade, além de outros tantos, Saint-Hilaire, Johan E. Pohl e o próprio Martius (RIBEIRO 1997: 26-27; 30-31).

Luís O. Ferreira (2003) revela os *periódicos médicos* do Brasil de 1830 a 1840 como o espaço de uma disputa pela afirmação profissional. Na falta de leitores instruídos: “médicos viam-se confundidos pela semelhança existente entre a medicina culta [hipocrática] e a popular”.(FERREIRA 2003:115). Ao passo que ainda adentro aos Oitocentos diversos preparados, mesinhas e remédios secretos eram vendidos sem o controle das instituições médicas no Império. Segundo Vera R. B. Marques (2003), segredos medicamentosos continuariam pelas Boticas da Corte até meados do século XIX. Diz a pesquisadora: “a despeito da veemência com que eram condenados tanto nos artigos publicados no jornal da Academia Imperial de Medicina quanto nas teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro”. (MARQUES 2003:117).

Na historiografia, se vê que as mestiçagens nas artes de Curar na Corte brasileira foram efeito da deficiência da assistência médica desde o tempo de Colônia. Isto “conferiu um papel importantíssimo aos indivíduos que detinham os segredos da arte de curar, fizessem eles ou não uso de rituais mágicos” (RIBEIRO 1997: p.44). Compreendeu também que terapias populares continuaram a existir no período posterior a queda da Fisicatura (1808-1828). Isto por motivos que iam além da fragilidade da fiscalização, pobreza e precariedade da população brasileira. Para Tânia P. Salgado

(2003) “fosse para tratar moléstias leves, fosse para cuidar das sérias” as artes e poções de curandeiros deveriam parecer mais eficientes que as dos médicos cultos. Soma-se a esta impressão a proximidade cultural da concepção da doença entre os enfermos do Império e curandeiros. (PIMENTA 2003:323-4). No campo aberto de disputa entre formas cultas e acadêmicas das práticas médicas, Martius insere a sua rede de colaborações e posteriores publicações sobre a *flora médica* do Brasil.

As palmeiras, ao *estilo* científico humboldtiano da Geografia das plantas, deveriam ocupar todas as forças de Martius – disse ele, no prefácio da *Systema materiae medicae vegetabilis brasiliensis*. (MARTIUS 1854:XI-XX). Mas se dedicou seriamente na revisão dos livros de Piso e Marcgrve, das suas anotações da viagem e convocou seus colaboradores do Brasil para o estudo da flora medicinal do Brasil.

3. O *Systema materiae medicae vegetabilis brasiliensis* em rede de correspondência

Antecede ao *Systema materiae medicae vegetabilis brasiliensis* um período de esforço de Martius em aumentar o número de plantas brasileiras de uso medicinal em seu herbário. A imprensa exerceu nesta operação o seu papel de encontros de interesses públicos e foi o “lugar” a partir do qual Martius estendeu sua rede de relações de pessoais consolidada no interesse científico. Estas relações estão na gênese de publicações médicas de Martius.

O cirurgião Antonio Luís Patrício da Silva Manso (1788-1848) respondeu a solicitação por colaboradores feita por Martius no *Diário do Rio de Janeiro* (5.01.1830). O cirurgião remeteu plantas ao naturalista bávaro durante longo período e de locais diferentes do Império; primeiro desde Cuiabá, depois, da Vila de São Carlos (Campinas) (DIENER & COSTA 2010: 197). O bávaro firmava o compromisso com o seu colaborador de tornar públicas as plantas que em seu juízo tinham “*a dignidade d’um livro impresso*” e que, por conseguinte, deveriam complementar a sua *flora brasiliensis*. Seria de grande favor os envios, Martius atinou, de espécies raras e não publicadas. Definiu então a Manso o tipo que mais lhe interessavam. Eram as plantas “*as quais trazem consigo o interesse particular da curiosidade, e uso na medicina e no comércio*” (DIENER & COSTA 2010:274-5). O ênfase Iluminista da ciência ao serviço do conforto e prosperidade humana orienta a seleção de plantas para a publicação feitas pelo taxionomista.

Um cenário político mais restrito parece se cruzar o *herbário medicinal* de Martius. O estrangeiro apresenta-se inteirado da necessária adequação das Boticas brasileiras à flora nativa do Império. Escreveu ainda na mesma epístola (de onde se retirou as citações acima) datada em 29.08.1835:

“A multidão de plantas medicinais do Brasil inculca a necessidade de as fazer conhecidas aos médicos e boticários do Império, pois por isenção do Ópio e do Alcanfor – talvez nenhum medicamento vegetal devia necessariamente ser introduzido na Europa. Tenho então preparado desde cinco anos uma Flora medica, a qual em 3 vol. fol. com 300 estampas contém quase todas as plantas medicinais do Brasil. Para emendação [sic.] e enriquecimento dessa obra[,] a benévola cooperação de Vossa Senhoria é indispensável. Com vista de dirigir a atenção dos médicos e do governo [do] Brasil[,] sobre um assunto de tamanho interesse hei de publicar no inverno futuro um pequeno livro como o precursor. Desta obra hei de mandar alguns exemplares a Vossa Senhoria[,] e peço então de ajudar-me pessoalmente e por seus Colegas [,] os mais eminentes, redigindo listas de todas as plantas medicinais com as indagações das moléstias, da sua farmacodinâmica etc.”(APUD. DIENER & COSTA 2010:290).

Manso respondeu a carta de Martius (23.09.1836). Agradecia na réplica o estudo de plantas medicinais a ele remetido. Dizia a Martius que:“esperava ansioso pela sua Flora Médica para ajudar aqui a nossa Academia[,] cujo objeto, como vossa Senhoria sabe, é fazer uma Matéria Médica Brasileira”. Não é impossível que a nomeada por Manso “Flora Médica”, seja o ensaio de Martius: “Specimen materiae medicae brasiliensis, exhibens plantas medicales” (1826). É certo, porém, que o estudo enviado pelo sábio europeu representou ao missivista brasileiro o passo inaugural para no Império se “ter com o vigésimo século uma boa Matéria Médica”. A operação proposta por Manso traz à luz as mestiçagem de saberes presentes nas ciências naturais Oitocentista. Para uma farmacopéia do Brasil bastaria traduzir e completar o sistema apresentado por Martius com o que dizem outros sábios do lado de cá do Atlântico. Por último incluiria-se “alguma cousa que me dizem os Fazendeiros” - disse Manso (DIENER & COSTA 2010: 289-290). Estes foram também os procedimentos de Martius na construção de suas obras médico botânicas.

Além dos intelectuais brasileiros, como F. Freire Allemão (1797-1874), a rede médico-botânicas de Martius se estende a anônimos os quais elegeram o viajante bávaro

como um bastião do monopólio científico das Artes de Curar. “Um dos meus compatriotas”, escreveu Cansação Sinimbu, outro colaborador brasileiro ao se pôr aos serviços de Martius (28.12.1838): “comunicou-me que Vossa Senhoria se reservava a Glória de fazer um novo e não menos importante serviço ao Mundo científico em geral, e ao Brasil em particular, publicando um tratado de Farmacopeia das plantas desse país” [...].(DIENER & COSTA 2010:297). Coletas de colaboradores e o aumento de plantas brasileiras representadas no herbário do taxionomista bávaro seguiram em expansão contínua. A década de 30 dos Oitocentos terminaria e ainda seguiriam as análises químicas, correções e a busca do bávaro por novos exemplares e representações da floração de sua coleção de plantas brasileira.

No rascunho de carta de Martius para Manso (02.01.1839) consta que [...] “quase todas as drogas, que recebi por sua bondade ~~estão~~ foram examinadas quimicamente”. O naturalista justificava ao correspondente brasileiro que – disse: “não quero comunicar agora os Resultados a Vossa Senhoria”. Com escolha cuidadosa das palavras, testemunha seu rascunho que o viajante de 1817 esperava “que em breve poderia principiar ~~em as comunie~~ a publicação da obra mesmo, a qual mandarei a Vossa Senhoria como os fascículos saem da imprensa” (DIENER & COSTA 2010: 300). Marca a publicação médica de Martius a sua rede de colaboração criada no contexto da disputa de homens de ciência do Império contra as artes de curar “não-eruditas”.

Alexander von Humboldt – bom observador do metier das relações sociais – confidenciou em carta a Pictet (3.02.1805) que ao ordenar a publicação se considera o interesse de “ne pas se nuire à la réputation dans un moment que le public m’honore d’une si grande attention”; além de não “fatiguer le public”, fazendo-o esperar demais (HAMY 1904: 183). Martius parece reconhecer tal princípio. Soube não prejudicar sua reputação com obras mediocres. Além disso, soube apresentar-se útil, com rapidez, quando lançou o seu Sistema de plantas medicinais durante o período em que o Império combatia com ardor às artes populares de curar.

1840 é a década da Flora Brasiliensis nas edições de Martius. Neste decênio aparece, em 1843, o “Systema materiae medicae vegetabilis brasiliensis” (1843). Obra sistemática com descrição de plantas de usos médicos pelas suas propriedades químicas medicinais e incluía uma tabela comparativa com as plantas brasileiras de usos similares aos produtos das farmacopéias européias.

Esta edição foi também um manifesto pelo monopólio das Artes de Curar. A atuação de Curanderos no campo e nas cidades era obstáculo a redução da praxe médica às regras únicas, segundo Martius (MARTIUS 1843: XXIV). A regulamentação da seleção de plantas para as farmácias de todo o Império só seria feita convenientemente por farmacêuticos e médicos peritos. A ciência de “eruditibus Brasiliae medicis et pharmacopolis” deveria ser a base desta farmacopéia, em oposição às tradições domésticas e curandeirismos. (MARTIUS 1843: XXIV). O livro teria como função ser uma contribuição para este propósito do estabelecimento de bases eruditas para a prática médica no Brasil (MARTIUS 1843: XXIV).

Quando ofereceu 200 exemplares da obra ao Imperador D. Pedro II, resenhou-a. A missiva ao Imperador (04.08.1843) demonstra o caráter do livro e a hábil ligação feita por Martius entre a sua publicação e momento de institucionalização médica e farmacêutica do Império.

[...] um pequeno livro “Systema materiae medicae vegetab. Brasiliensis”. É o primeiro tentamento [sic.] de reunir todos os vegetais medicinais do vasto Império de Vossa Majestade debaixo de vistas gerais de matéria médica e de Botânica. É precursor da “Flora médica Brasiliensis” cuja dedicação Vossa Majestade Imperial tem benevolentemente aceitado e cuja publicação vai se mais e mais preparando. Espero que os médicos do Império Brasileiro acharão nesse livro os fundamentos para construir sobre eles uma “Farmacopeia brasileira”[,] obra indispensável à população crescente e parte integrante dos códigos e leis, que o governo luminoso de Vossa Majestade vai dando ao Império. Por isso lisonjeio-me da esperança, que Vossa Majestade Imperial anuirá graciosamente, se eu ousar oferecer mais a Vossa Majestade duzentos exemplares da mesma obrinha [...](APUD. DIENER & COSTA 2010:311).

Nesta década, as relações entre Martius e o Imperador se estreitam. Os assuntos vão das ofertas dos livros, aos pedidos de garantias para a continuidade de comunicações de plantas brasileiras ao naturalista em Munique. O bávaro dá demonstrações de fidelidade à Monarquia e se desculpa pelo atraso editorial de uma “História natural dos Vegetais medicinais”, provocado, segundo ele, pela “catástrofe atual d’Alemanha” – os mesmos movimentos políticos antimonárquicos que Eric J. Hobsbawm chamou “Primavera dos Povos” (DIENER & COSTA 2010:331). Os

assuntos chegam ainda ao claro pedido de auxílio financeiro a D. Pedro II para o projeto monumental da Flora Brasiliensis. (DINER & COSTA 2010:337-339). Ao final, soam sinceros os votos ao Imperador, em que, disse Martius (14.05.1846): “estou considerando estes trabalhos Científicos para a história natural do Brasil como a tarefa de minha vida” [...] (DIENER & COSTA 2010: 324). O estudo das plantas medicinais uniu Martius, homens cultos e o Imperador no decorrer da preparação da pesquisa do naturalista bávaro sobre a flora do Brasil – no contexto da luta de afirmação da medicina acadêmica frente às práticas de cura populares.

Digno de nota é a aproximação no Systema de dois temas centrais para Martius nos seus estudos brasilianistas. A antropologia e o estudo de plantas medicinais se enviesam nas análises do naturalista Oitocentista sobre a saúde no Brasil.

Na prática dos estudos das plantas medicinais, o naturalista, paradoxalmente, antes de combater, legitima e se apropria do “rudis empirismi” que intelectuais brasileiros queriam banir das práticas médicas do Império. Neste âmbito forja-se uma imagem de dois tipos humanos do Império. O paulista e o índio.

Durante viagem de São Paulo à Fábrica de Ferro Ipanema, iniciada em 9.01.1818, Spix e Martius deram nota da particularidade das práticas de cura no Brasil.

Segundo relato de viagem, o paulista “sertanejo é notável pelo conhecimento perfeito das plantas medicinais de sua terra; sobretudo mulheres [...] têm fama de grande proficiência na prática da medicina”. Ademais, diz que “quase todas as casas, uma ou outra exerce as funções de curandeira, que não lhe são disputadas por nenhum médico, nenhum cirurgião” [...]. Quanto a este saber,

“É erro julgar que esses conhecimentos práticos das virtudes curativas das plantas tenham sido herdados, por tradição, dos primitivos indígenas americanos pelas atuais gerações. Longo convívio com os índios convenceu-nos de que a indolência desses infelizes os impossibilita de investigar as propriedades curativas da natureza. Superstição, indiferença pela vida e insensibilidade pelos sofrimentos do próximo não deixam que os índios se utilizem dos dons com que por toda a parte os cerca a generosa natureza [...]. O maior merecimento no achar e aplicar a virtude curativa das plantas, assim como o descobrimento das minas de ouro, compete, pois, aos paulistas. O seu gênio ativo e curioso, estimulado pela rica natureza, fê-los prosseguir nas descobertas casuais, ou, mesmo raramente, por alusão dos

indígenas, com a perspicácia própria do europeu".(SPIX & MARTIUS.1981:161-162).

Portanto, “[ob] *felices hos eventus etiam hac aetate incolae provinciae. S. Pauli peritissimi censentur esse naturae medicaminum, et multa remedia ab iis Remedio dos Paulistas appellantur*” – concluiu o observador (MARTIUS 1843:XXVIII).

Não obstante, Martius rende homenagem no *Systema* ao “*Senex Indianus*”, que ofereceu um preparado de *Echite cururu* que curou a febre gástrica de seus companheiros de viagem na altura do Porto dos Miranhas, no Japurá (MARTIUS 1843: XXII). Ainda que “*ineruditus Indianus*”, donos de um “*rudis empirismi*”, o indígena tinha no *modus operanti* de coletar lapsos de um conhecimento que seria a relíquia ainda preservada da antiga e perdida *ciência natural indígena* (MARTIUS 1843: XXII). Anos depois, em livro de 1844, os saberes curativos indígenas ganharam outra versão. O conhecimento indígena sobre plantas médicas seriam fruto da uma lógica de similitudes que levou os índios ao uso de plantas pela semelhança entre elas e as partes enfermas do corpo.

A medicina indígena ganhou um estudo à parte.

Contemporâneo ao “*Systema*”, saiu do prêlo o ensaio “*Das Naturell, die Krankheiten, das Arzththum und die Heilmittel der urbewohner Brasiliens*” (1844). Primeiro, na revista de Buchner “*Buchner’s Repertorium für die Pharmacie*” (1843); depois, editado em brochura. O ensaio reunia sob o mesmo escrito uma análise no viés da Antropologia física do corpo, das doenças e dos saberes médicos do chamado desde Blumenbach: homem americano. Em solicitação para divulgação da obra pelo IHGB, Martius escreveu para Januário da Cunha Barbosa (26.05.1844)

“A sua honrada carta d,d, (? chegou sem data), que me deu notícia sobre a benévola recepção dos meus pequenos tratados sobre a história do Brasil, foi respondida à Hamburgo em mandar a V.S. hum tratado novamente escripto por mim sobre o Naturel, as doenças e a Medicina dos Aborígenes do Brasil, o que peço, que V.S. apresentasse no meu nome à honorável companhia do Instituto Hist. Geogr, do Brasil. Desejo que as noções e notícias, que constituem este escrito, sejam dignas da sua atenção e que talvez se dêsse d’elle hua revista nas publicações do Instituto” (MARTIUS 1843:XXVI)

Ao chegar o final do ano (15.12.1844), remete outro exemplar e sugere uma tradução do ensaio:

“Tendo boa ocasião para escrever a V.S.R. não quero negligencia-la mandando a V.S. segundo exemplar do meu livrinho sobre o “Naturel, a medicina e as molestias dos Indigenas do Brasil”. Se o Instituto Hist. e Geog. Brasileiro achasse-o digno de communica-lo n’hua traducção portugueza, isto havia de ser para mim coisa de grande prazer” [...] (MARTIUS 1843:XXVII).

Neste volume, Martius combina seu projeto científico botânico com uma interpretação sobre a medicina (cultura) e o corpo da Raça Americana. Contudo, o naturalista bávaro segue aqui um caminho particular no estudo do corpo. Como médico, Martius combina de modo original e contraditório ao projeto de Blumenbach a leitura raciológica anatômica e fisiológica do corpo humano. Após um breve comentário sobre a anatomia e a suposta unidade racial da raça americana, o naturalista bávaro desenvolve a sua grade de interpretação sobre o corpo humano. O ensaio inicia na definição de um quadro anatômico do corpo; mas é a fisiologia, a relação entre meio e funções orgânicas, o interesse central neste estudo sobre o Americano.

As suas publicações dos estudos de Martius dão mostra de como ciência (saber) e política se intercambiam e se constituem recíprocamente. Sem determinismos, por um lado; mas com diálogos recorrentes. Nesta construção dialética vem à luz o cenário em que menos que um corpo estranho à *República das letras*, os jogos políticos são constituintes de produção e divulgação do saber científico.

Referências Bibliográficas

FERREIRA, Luiz Otávio. “Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)”. In: CHALHOU, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; SOBRINHO, Carlos Roberto Galvão (org.). *Artes e Ofício de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p.101-122 (p.115).

GRAU, Jürke. “Martius e as plantas do Brasil”. In. DIENER, Pablo ; GOMES, Maria de Fátima. *Um Brasil para Martius*. Rio de Janeiro : Fundação da Biblioteca Nacional, 2010, pp.105-127, p.117.

LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Editora Hucitec; Fapesp, 1997.

DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima. “A linguagem visual na obra de Martius: ciência e intuição”. In. DIENER, Pablo ; GOMES, Maria de Fátima. *Um Brasil para Martius*. Rio de Janeiro : Fundação da Biblioteca Nacional, 2010, pp.159-187.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. “Medicinas secretas: magia e ciência no Brasil Setecentista”. In: CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; SOBRINHO, Carlos Roberto Galvão (org.). *Artes e Ofício de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p.163-195 (p.177)

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Das Naturell, die Krankheiten, das Artzthum und die Heilmittel der urbewohner Brasiliens*. München : C. Wolf'schen Buchdruckerei, 1844. – In: Buchner's Repertorium für die Pharmacie (Bd.XXXIII.H.3 S.289).

SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981, 3 tomos.